

A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHADOR EM RECIFE NO PERÍODO DO ESTADO NOVO(1937/1945): A PROPOSTA DO CENTRO EDUCATIVO OPERÁRIO

*Lílian Renata de Mélo Filho**

Resumo: Este artigo objetiva discutir a proposta educativa voltada para o trabalhador recifense durante o Estado Novo (1937/1945) que foi desenvolvida pelo Centro Educativo Operário, instituição que além de ter como diretrizes a doutrina social da Igreja Católica, tinha como preocupação o controle e a doutrinação dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Estado Novo. Educação. Religião.

Abstract: This article aims to discuss the educational proposal directed towards the recifense workers during the New State (1937/1945) the Centro Educativo Operário was an institution developed that instructed the social doctrine of the Catholic church, that then focused on the control and teaching of the doctrine to the workers.

Keywords: New State. Education. Religion.

O presente artigo, resultado de dissertação de mestrado¹, tem como objetivo discutir a proposta educativa desenvolvida pelo Centro Educativo Operário no período da ditadura do Estado Novo – 1937/1945, considerando as perspectivas assistencialistas, educativas e de doutrinação presentes na proposta da instituição, sendo o doutrinação sob dois aspectos: um ligado ao Estado e outro ligado à Igreja, e como a proposta educativa da instituição em consonância com os ideais do Estado Novo poderia contribuir para a doutrinação e o controle junto aos trabalhadores recifenses através de suas ações re-educativas e assistenciais.

A criação do Centro Educativo Operário é anterior ao Estado Novo datando de 1935, idéia de Milton Pontes, católico fervoroso, membro da Congregação

* Pedagoga, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora da Rede Municipal do Recife e do Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP).

¹ MÉLO FILHO, L.R. *O Centro Educativo Operário em Recife Durante o Estado Novo (1937/1945): educação e religião no controle dos trabalhadores*. Recife, 2006. (Dissertação de Mestrado em Educação). Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

Mariana², com a finalidade de ser uma barreira à intensa propaganda comunista do período. Para o seu fundador, o Centro também contribuiria para diminuir a luta de classes, evidente nas paralisações deflagradas pelos trabalhadores durante a década de 20, em Pernambuco.

Embora tais paralisações não tivessem mais lugar, depois de deflagrado o golpe que instalou a ditadura, por conta da forte repressão desencadeada, os Centros foram considerados como importantes meios de controle do operariado. Além do potencial das ações assistencialistas para enfraquecimento da mobilização operária, divulgariam os valores cristãos católicos, contrapondo-os ao ideário comunista, infiltrado entre os trabalhadores.

Os Centros tinham ainda a seu favor a proposta de qualificação de mão-de-obra, iniciativa muito oportuna em meio ao processo de industrialização e urbanização que se acelerava. Assim, ao promover o convívio social e o fortalecimento da família operária, por meio de uma ação assistencial e educativa, firmada em valores religiosos, os Centros estariam contribuindo para o controle da classe trabalhadora.

É interessante lembrar que Agamenon Magalhães - interventor que assumiu o governo de Pernambuco após o golpe de 1937 - havia sido ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e era pessoa de sua inteira confiança. No espírito que caracterizaria o populismo, marca da atuação dos governos Vargas, tratou de oficializar a iniciativa, promovendo a institucionalização do Centro Educativo Operário, vinculando-o à Diretoria de Reeducação e Assistência Social (DRAS), órgão ligado à Prefeitura do Recife. Essa Diretoria destinava-se a oferecer serviços assistenciais e re-educativos à população recifense. Dentre as suas diretrizes, destaca-se o desenvolvimento de propaganda contra o comunismo, o incremento de práticas esportivas, o incentivo aos serviços médicos nos bairros operários e o acréscimo de oferta de ensino primário, profissional e doméstico para adultos.

O discurso no qual o governante fundamentava o apoio dado pelo Estado aos Centros e à sua ação conjunta com a Igreja Católica, apontava para a proposta de renovação social do Estado de Pernambuco, conforme se percebe na fala do congregado mariano Milton Pontes, idealizador do Centro, quando afirma: “(...) o interventor Agamenon Magalhães aqui chegou e deu todos os estímulos aos nossos trabalhos a fim de que pudéssemos ser os seus colaboradores na renovação social que ele se impunha fazer no seu estado”.³

² A Congregação Mariana era um grupo católico de inspiração conservadora, comandada pelo Pe. Fernandes, que, sob a influência dos Jesuítas e devido à laicização que a Constituição de 1891 preconizava, fazia campanhas para o retorno do ensino religioso nas escolas públicas pernambucanas desde a década de 30.

³ PONTES, M. Elevação do nível moral e social do nosso povo. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 20 maio 1939, p. 07 e 16.

Esta renovação social no entender de Agamenon Magalhães remetia ao levante comunista em Pernambuco. Para ele, o golpe de 1937 trouxera para Pernambuco autoridade, governo, orientação e conduta. Utilizando-se de uma figura de linguagem, a metáfora dizia: *“A água é que vinha do alto poluída. Em baixo, na planície era que ella não podia ser depurada. Foi limpar as nascentes, e tudo se renovou”*.⁴

Então, para o Interventor, o Centro Educativo Operário colaboraria para inculcar novos valores nas classes operárias, pela educação e disciplina, merecendo todos os estímulos para levar a população à instrução primária, profissional, educação social trabalhista e cívica, além de assistência médica e dentária.

Enfatizando a importância da educação do Centro, Pereira⁵ faz um destaque das palavras do Interventor, afirmando que

Não seria justo que ao menos de relance, uma palavra deixasse de ser dita sobre o interesse que o Sr. Agamenon Magalhães sempre demonstrou pelos problemas da educação. Ao que se poderia acrescentar: da Reeducação, como no caso dos Centros Operário.

O controle deste operariado seria também realizado pelos organismos de vigilância do Estado – Delegacia de Ordem Pública e Social (DOPS) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A reeducação da família operária

Diante do levante comunista anterior ao Regime estadonovista, fica evidente a necessidade de atuar em meio à classe trabalhadora para torná-la uma aliada capaz de colaborar com a política do Estado Novo. Entendia Milton Pontes, que *“(...) a reação ao credo bolchevista só seria eficiente renovando o meio social dos operários e principalmente fornecendo condições de estabilidade social e econômica às suas famílias”*.⁶

A reeducação realizada por meio do Centro levaria a família operária ao seu papel fundamental na sociedade, que seria a preparação do trabalhador para uma vida de trabalho não afetado pelas lutas de classe, tendo como base a família. Pontes afirma: *“Desenvolve-se para isto a formação moral, cultural e física dos mesmos num aproveitamento de bons hábitos e na orientação de*

⁴ MAGALHÃES, A. Renovação Social. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 03 maio 1938. p. 02.

⁵ PEREIRA, Nilo. *Agamenon Magalhães: Uma evocação pessoal*. Recife, Taperoá, 1979, p. 115.

⁶ PONTES, M. Elevação do nível moral e social do nosso povo. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 20 maio 1939, p. 07 e 16, p. 08.

tendências, assegurando-se o exercício de uma profissão com que possam viver honestamente”.⁷

Para tanto, a família operária receberia, por meio do Centro, “(...) educação e assistência para a prole, reeducação e aperfeiçoamento para adultos, recebendo do poder público um apoio seguro e uma formação espiritual adequada”.⁸

A re-educação e conseqüente re-adaptação, presentes na obra do Centro Educativo, deveria contribuir para o afastamento dos operários ante o perigo comunista, fazendo-os conviver em harmonia com Deus, com a Pátria e com a família. A matéria do dia 17 de maio de 1942 da Folha da Manhã, edição matutina, na passagem do sétimo aniversário da fundação da instituição evidencia essa expectativa: “Espalhados pelos bairros industriais da cidade (...) os Centros vêm desenvolvendo intenso trabalho de readaptação do nosso operário”.⁹

Ocupando sistematicamente as páginas do Jornal, a proposta educativa dos Centros enfatizava a necessidade de educar o trabalhador, como na reportagem “Educação das classes operárias”¹⁰, quando afirma que sem educação “(...) serão inúteis todas as tentativas para uma melhor e mais perfeita solidariedade social, que é fonte única da paz e do trabalho produtivo”.

Assim, a proposta educativa do Centro atribuía à educação o papel de “salvadora das massas”, onde os trabalhadores seriam “re-educados” numa nova ordem, respeitando e colaborando com o regime estadonovista.

Ação assistencial

Como anteriormente mencionado, o Centro Educativo durante o período do Estado Novo foi vinculado à Prefeitura do Recife, através da Diretoria de Reeducação e Assistência Social – DRAS. Esta Diretoria foi criada a partir do Decreto-Lei nº 13 de 14 de dezembro de 1937, sob a gestão do Prefeito Antônio de Novaes Filho, onde se destacam algumas das atribuições da Prefeitura do Recife no que se refere ao vasto plano de amparo ao trabalhador.

O Prefeito considerava a necessidade de melhorar as condições de vida da população operária, “evitando-se o pauperismo, desemprego e outras causas de desequilíbrio social”¹¹, chamando a atenção para a manutenção da ordem, da necessidade da existência de harmonia entre as classes, atribuindo para a resolução da questão social, um sistema educativo que poderia moralizar as

⁷ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940, p.8.

⁸ *Ibidem*, p. 34.

⁹ Sétimo Aniversário dos Centros Educativos Operários. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 17 maio 1942, p.05.

¹⁰ Educação das Classes Operárias. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 22 jun. 1938, p. 03.

¹¹ Recife. Atos e Decretos da Prefeitura Municipal do Recife. Imprensa Oficial, 1939, p. 7.

relações sociais, a fim de evitar a corrupção dos costumes. Novais Filho também menciona a questão da qualificação profissional do trabalhador quando constatava que “(...) *existe pouco aproveitamento profissional e que se deve fazer a adaptação de homens analfabetos e sem preparo técnico, a fim de que realizem trabalho produtivo*”.¹²

Novaes Filho considera ainda que se faz necessário a Prefeitura “(...) *promover o desenvolvimento moral, social e econômico da população operária do Recife, dotando-a de meios naturais que assegurem o seu bem estar e relativo conforto*”.¹³

Mediante estas considerações, a criação da Diretoria de Reeducação e Assistência Social (DRAS) teve como fim a orientação e a coordenação de serviços sociais para a população do Recife, onde exerceria o Centro Educativo Operário importante papel na condução do plano de amparo à família operária.

A DRAS mantinha serviços que eram distribuídos, conforme Pontes¹⁴ em

- a) serviços de reeducação, com as secções de escotismo, instrução operária, salas de costura, teatro operário, campanhas sociais e festas populares;
- b) serviços de assistência social, com as secções de serviço médico social, do serviço dentário, agência de colocações, habitação popular, fiscalização de gêneros alimentícios, compreendendo tabelamento e auxílios diversos.

Estrutura Organizacional e funcionamento do Centro Educativo Operário

Segundo Pontes¹⁵, o Centro Educativo, órgão de reeducação, proteção e defesa das famílias operárias, possuía uma estrutura “característica e original”, podendo atuar tanto na cidade como no campo.

Doze Centros Educativos foram criados em vários bairros populosos da cidade do Recife, tais como: Afogados, Água Fria, Arraial, Areias, Campo Grande, Cordeiro, Monteiro, Pina, Pombal, Santo Amaro, Várzea e Pilar. Este último localizava-se no interior de uma Fábrica. O critério para localização de um Centro Educativo era o número de operários presentes nos bairros.

Cada Centro Educativo tinha a capacidade de atender a pelo menos mil famílias e onde era construída uma vila operária se construía também um Centro Educativo.¹⁶

¹² *Ibidem*, p. 7.

¹³ *Ibidem*, p.7.

¹⁴ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940, p.43.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ MAGALHÃES, A. A família Operária. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 20 maio1942, p. 03.

O Centro era administrado por uma diretoria composta por um instrutor e pelo conselho operário, além da participação dos professores e agentes sociais. Os operários participavam na função de contra-mestres e mestres.

Os contra-mestres eram operários que orientavam, fiscalizavam e prestavam assistência a um grupo de dez famílias, enquanto os mestres eram operários escolhidos em meio aos próprios contra-mestres. Estes operários que eram indicados para este cargo eram os que apresentavam maior tempo de experiência no cargo de contra-mestres.

Tinha-se um quadro social que se dividia em três secções: uma masculina, uma feminina e uma infantil.

As famílias operárias que se associavam aos Centros Educativos eram fichadas e colocadas sob a proteção dos contra-mestres.

Havia três tipos de sócios: os efetivos, que eram os operários, que deveriam preferencialmente ser chefes de famílias, mas podendo qualquer membro participar das ações desenvolvidas pela instituição¹⁷; os honorários, que eram pessoas escolhidas pelos operários para atuar em seu favor; e os “amigos dos operários” - empregadores que financiavam as instituições.

Aos sócios efetivos não se cobravam mensalidades, mas, segundo Pontes¹⁸, exigia-se o cumprimento de algumas determinações como o comparecimento do trabalhador pelo menos uma vez ao Centro Educativo ao qual estava filiado, a defesa de seus direitos por meios legais além da obrigação do comparecimento às convocações extraordinárias sob pena de ser suspenso ou desligado da instituição ao qual estava filiado. O não cumprimento de tais determinações acarretava a perda dos benefícios concedidos pela instituição.

O Centro Educativo era mantido pelas taxas cobradas nos serviços oferecidos, como o atendimento médico-dentário e oferta de cursos técnicos, entre outros. Além disso, o Centro recebia doações advindas de terceiros e entidades como também subvenções estatais.

A atuação em Departamentos

A atuação do Centro se dava através de quatro departamentos: a) Instrução; b) Beneficência e Defesa; c) Cultura Física e Artística; e d) Estudos.

¹⁷ Ao sinalizar a inscrição como sócio efetivo aos chefes de família, pode-se considerar que o homem é o portador deste espaço, ficando reservado às mulheres o espaço restrito aos cuidados do lar. Com esta discussão, queremos deixar claro que este trabalho não tratará de questões sobre gênero, mas da ação educativa desenvolvida para os trabalhadores.

¹⁸ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940.

a) Departamento de Instrução

Tinha como objetivo a promoção de cursos noturnos, sendo o de alfabetização para crianças e o de ensino primário para adultos. Conforme Tristão de Athayde, em reportagem do jornal Folha da Manhã sobre os Centros Educativos, de 21 de junho de 1938, quanto ao ensino de adultos afirma que

Na educação intellectual, lançam mão de processos mais usados pela moderna pedagogia, dispondo mesmo de um methodo adaptado ao meio operário, com o qual realizam a “Campanha pro-alfabetização de Adultos”. Esse methodo – para cuja realização material contribue o proprio governo do Estado – foi organizado pelo Pe. Simas, S.J., cujo nome conserva. Consiste elle em ensinar collectivamente, por meio de quadros muraes illustrados, palavras e phrases que mais despertem a atenção do operário, que formarem o cenário de sua vida quotidiana.¹⁹

Diante do que afirma Tristão de Athayde, sugere-se que uma proposta de educação que contemplasse o contexto de vivências do educando trabalhador já era realizada nos Centros Educativos desde o ano de 1938.

Havia ainda o curso de aperfeiçoamento profissional que compreendia cursos noturnos ou oficinas – escolas instaladas nas fábricas com a finalidade de fixar o operário no ambiente de trabalho.

Os cursos diurnos destinavam-se aos filhos dos operários, seguindo a proposta educativa do governo. Ainda tinha-se o ensino doméstico para as meninas, compreendendo os cursos de corte, costura e bordado para as **moças pobres**, destacando o funcionamento das salas de costuras.

A presença das salas de costuras no Centro Educativo foi uma iniciativa da DRAS, que seria a responsável por distribuí-las e por fiscalizá-las em seu uso, e estas teriam a finalidade de preparar, conforme aponta Pontes²⁰, donas de casa.

As primeiras salas de costuras inauguradas foram as dos Centros Educativos de Santo Amaro, Afogados e Pina e datam de 1938. Faziam parte da política do Interventor Agamenon Magalhães, justificada nesta frase: “*A nossa política é a política da gota d’água, que é distribuída por muitos para que todos que têm sede sintam algum alívio*”.²¹

As salas de costuras serviriam para que viúvas, filhas de operários, ou como

¹⁹ ATHAYDE, Tristão de. Os Centros Educativos Operários. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 21 jun.1938, p. 15.

²⁰ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940.

²¹ MAGALHÃES, A. Mais uma sala de costura. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 27 jun.1940.p.03.

afirma o próprio Interventor Agamenon Magalhães²², as **mulheres pobres**, pudessem ter um sustento digno. A iniciativa de abertura de mais salas de costuras viriam para que as mulheres que não detinham recursos para comprar suas próprias máquinas de costuras tivessem o acesso às máquinas disponíveis nos Centros Educativos.

Os Centros Educativos seriam os responsáveis por manter o funcionamento das salas de costuras, conforme aponta Agamenon Magalhães²³:

De todos os bairros surgiram, então pedidos para a instalação de salas de costuras. Fomos atendendo, através dessa admirável organização dos Centros Educativos Operários, dirigidos por uma equipe de jovens de ação social, formada por Milton de Pontes, que é hoje o chefe da Diretoria de Reeducação e Assistência da Prefeitura do Recife.

Ao lado das salas de costuras, foram abertos ainda os cursos de corte e bordados, tendo no primeiro ano de funcionamento no Centro Educativo Operário de Santo Amaro 30 alunas formadas.

Para o criador do Centro, o sr. Milton Pontes, não se pretendia “(...) *modificar o nível intelectual do operário por uma cultura livresca e desorientada, mas se dirige a formação intelectual no sentido do seu aperfeiçoamento técnico e maior identificação com os interesses da sua classe*”²⁴

Neste sentido, se evidencia que a educação oferecida pelo Centro Educativo buscava somente o preparo técnico, além da preocupação doutrinária em se formar trabalhadores que fossem imunes aos ideais comunistas.

Este departamento promovia ainda conferências semanais para completar a formação social e moral dos trabalhadores. Oferecia-se também o ensino religioso, ministrado por catequistas aos operários e seus filhos, realizando-se a páscoa e a primeira comunhão dos mesmos.

b) Departamento de Beneficência e Defesa

Este departamento tinha como finalidades a prestação de assistência à família operária, oferecendo o serviço médico especializado, ambulatório, serviço dentário, proteção à maternidade e propaganda sanitária; como também a consecução de emprego e a informação sindical – trabalhista, conduzindo aos sindicatos de classes os operários sem filiação sindical. Resolvia ainda os problemas surgidos entre as famílias operárias, além de dispor de apoio jurídico aos operários.

²² *Ibidem*, p.03.

²³ *Ibidem*, p.03.

²⁴ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940, p. 14.

Era considerado um dos pilares da ação do Centro Educativo junto ao operariado, na medida em que o seu criador, o sr. Milton Pontes, defendia que esta assistência asseguraria a renovação do meio social contra a atuação do comunismo.

c) Departamento de Cultura Física e Artística

Neste departamento eram desenvolvidas atividades ligadas ao esporte e realizações de espetáculos artístico-culturais.

O papel da prática esportiva no Centro Educativo Operário se justificava pela concepção de educação e de homem apresentado. De acordo com a reportagem “educação das classes operárias”²⁵, a proposta de educação do Centro Educativo “(...) *para ser proveitosa tinha que partir (...) de uma concepção de homem: educação moral, educação intelectual, educação physica*”.

Em relação à prática físico-esportiva, Pontes²⁶ afirma que esta deveria ser racional, sendo “(...) *dirigida por técnicos competentes que selecionam as equipes de atletas operários(...)*”; deveria contribuir para a adequação ao modelo esperado de homem-trabalhador definido pelo regime estadonovista.

Para Pontes²⁷,

A racionalização prática e coletiva dos esportes faz com que os trabalhadores venham a usufruir os benefícios do exercício físico, ocupando as suas horas de fazer, com um passatempo agradável e que concorre para manter o seu corpo e o seu espírito num estado de maior eficiência para o trabalho.

Os Centros também valorizavam o teatro²⁸, os concertos musicais e as festas populares - como os festejos natalinos e de São João - destacando-se os valores religiosos destas manifestações. destas manifestações religiosas estas natalinas e de se costuras, como pode-se verificar nesta ilustração

Os usos das festividades tanto para o Estado Novo quanto para a Igreja representavam o momento de exaltação dos valores patrióticos e religiosos, onde, conforme Pontes²⁹, estas deveriam ser

²⁵ Educação das classes operárias. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 22 jun.1938, p. 03.

²⁶ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940, p. 18.

²⁷ *Ibidem*, p. 19.

²⁸ Eram apresentados no Teatro Santa Isabel, em Recife, espetáculos de caráter re-educativos e de diversão aos associados dos Centros Educativos Operários.

²⁹ PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940, p.20-21.

Revividas no seu cunho tradicional e religioso, já que essas festas tradicionais que tão bem exprimem a imaginação e o sentimento do nosso povo contribuem para despertar a alegria do espírito, manter o bom-humor, ao mesmo tempo que é uma exaltação do culto religioso e do patriotismo das classes operárias.

Assim, durante o Regime estadonovista, as festas e manifestações ganham uma função a mais: além de serem um meio de entretenimento, elas se revestiam de um caráter educativo, onde se exaltavam os valores do referido Regime e da religião Católica. Sobre isso, discorre o Prefeito Novaes Filho:

Reconhecendo de grande utilidade o valor re-educativo das campanhas sociais e culturais nos meios proletários, pelo interêsse que despertam em torno de problemas ou assuntos que devem ser estudados, divulgados e compreendidos, a Diretoria de Reeducação e Assistência Social movimentou o operariado do Recife nas semanas que antecedem o Natal, o 1º de Maio, o São João, o 07 de setembro, o 10 e 19 de Novembro (...).³⁰

Compreendia Novaes Filho que as festas cívicas e religiosas possibilitariam ao operário o desenvolvimento de uma conduta social e cristã, já que festas que não fossem consideradas sadias poderiam corromper a alma do povo e enfraquecer sua resistência física.

Souza Neto³¹, ao discutir o papel que exerciam as festas e espetáculos no período da Interventoria de Pernambuco, salienta a proposta educativa que estes eventos tinham na condução das massas, afirmando que as festas tanto legitimavam como divulgavam os valores do Regime. Conforme Souza Neto (2005, p. 83), educar as massas “*é torná-las dóceis, criar nelas a aceitação da verdade trombeteada aos quatro cantos pelos estrategos da arte do convencimento que obedeciam ao chefe do Estado de Pernambuco*”.³²

d) Departamento de Estudos

Este Departamento era o responsável pela formação dos dirigentes do Centro Educativo, que reunia os instrutores, os professores, os agentes sociais, os mestres, contra-mestres e membros dos conselhos operários.

³⁰ FILHO, Antonio de Novaes. *Relatório apresentado ao interventor Agamemnon Magalhães*. Recife: Imprensa Oficial, 1946.

³¹ SOUZA NETO, J. M. G de. *Sonhos de Nabucodonosor: Aspectos da propaganda do Estado Novo*. Recife, 2005. (Tese de doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

³² *Ibidem*, p. 83.

A Diretoria do Centro se reunia semanalmente para tratar da execução da obra social, além de promover o Círculo de Estudos, onde eram tratados assuntos referentes à economia social, higiene operária, legislação trabalhista e orientação profissional.

A estrutura deste Departamento de Estudos incluía biblioteca, círculo de estudos e rádio-jornalismo.

Algumas considerações sobre o ensino profissional e a proposta educativa do Centro Educativo Operário

No período em que se instala a ditadura estadonovista (1937-1945), a economia brasileira estava marcada pelo modelo nacional-desenvolvimentista. Devido à demanda crescente por mão-de-obra, a educação se volta para esta necessidade, tentando atender as demandas da indústria brasileira, que experimentara um grande desenvolvimento após a primeira guerra, fato que se repetiria na segunda guerra mundial, quando permanece a escassez de mão de obra qualificada.

Quando surgem as primeiras iniciativas nesse sentido, elas são pensadas para os pobres, apenas. A própria constituição de 1937, no que se refere ao ensino técnico-profissional, afirmava que este era dever do Estado, mas, no entanto, se destinava aos menos favorecidos, conforme aponta o artigo 129³³:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Destacando ainda a constituição de 1937, no que se refere à educação, quanto ao ensino técnico-profissional, Ribeiro³⁴ afirma que a política de educação profissional, ao se destinar às classes menos favorecidas, não visava contribuir para a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, e que a formação oferecida destinava-se à preparação apenas de um número maior de trabalhadores.

Segundo Freitag³⁵, a educação para o trabalho dirigia-se aos desvalidos e aos pobres, situação que permanece, com pequenas mudanças. “*Assim, as*

³³ BRASIL. Constituição(1937).Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 01 de ago. 2004.

³⁴ RIBEIRO, M.L.S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

³⁵ FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

*escolas técnicas vão ser 'a escola para os filhos dos outros', ou melhor, a única via de ascensão permitida ao operário".*³⁶

Mas, a aceleração do processo de industrialização, durante a segunda guerra (1939/1945), demandando mão de obra qualificada, contribuiu para muitas discussões, em nível nacional, dando lugar a algumas iniciativas de ensino profissional. Os Centros Educativos, que incluíam tais preocupações desde sua criação, contabilizavam como pontos positivos de sua atuação a preparação para o trabalho.

Cunha³⁷ afirma, que a educação brasileira daquele período, mesmo com a promulgação das Leis Orgânicas, pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema em sua tentativa de dar organicidade ao sistema educacional, prevaleceu a discriminação entre o ensino técnico e secundário.

O ensino industrial e o comercial que tinham como objetivos a preparação profissional, a formação do trabalhador e o provimento de mão-de-obra para as indústrias, posteriormente seriam oferecidos em outras instituições, financiadas pela Indústria e pelo Comércio, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI – em 1942, e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – em 1946.³⁸

Tais iniciativas eram respostas da indústria e do comércio ao chamado do governo para que esses setores da economia se engajassem na qualificação dos empregados, já que o sistema escolar se mostrava incapaz de fazê-lo, além de não dispor dos recursos necessários para esse empreendimento.

Além disso, a segunda guerra (1939/1945) dificultava a importação, tanto de produtos industrializados como dos técnicos necessários ao suprimento local de tais produtos, tornando ainda mais urgente o ensino profissionalizante.

Quanto às Leis Orgânicas, que se referem ao Ensino Industrial, decreto-lei nº 4.073 datado de 1942, para Cunha, estas apresentam como objetivos a preparação profissional do trabalhador e o fornecimento de mão-de-obra. O autor chama atenção para o fato, afirmando que

A política educacional do Estado Novo valorizou o ensino técnico-profissional, concretizando uma antiga aspiração. (...) O relevo dado ao ensino profissional atendia às intenções da Carta de 1937, bem como aos diversos pronunciamentos de Vargas, que sempre deram ênfase a profissionalização (CUNHA, 1989, p. 169).³⁹

³⁶ *Idem*, p.53.

³⁷ CUNHA. C. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1989.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*, p.169.

Segundo Cunha⁴⁰, a Lei Orgânica do Ensino Industrial é um instrumento importante como expressão da política voltada para este tipo de ensino. O presidente Vargas “*enfatizava a necessidade do ensino técnico-profissional, como suporte para a industrialização e expansão econômica do país*”. No entanto, o mesmo autor destaca que o ensino secundário permanecia objetivando a preparação das elites dirigentes, enquanto o ensino profissional voltava-se para os que seriam dirigidos.

Esta dicotomia receberia também apoio da Igreja Católica, sendo mais uma defensora de uma educação diferenciada para as classes, conforme Almeida:

Desta forma, Estado e Igreja pactuam do mesmo ideário de educação elitista, sustentando um projeto pedagógico excludente, tendo como alvo um inimigo comum: o socialismo que vinha da Europa, e que propunha demandas sociais para as classes trabalhadoras.⁴¹

Ainda conforme Almeida⁴², esta dicotomia do ensino preconizado também pela Igreja, estabeleceria para o operário que o ensino profissional seria a educação mais apropriada para este grupo.

Quanto à educação profissional oferecida pelos Centros, esta era diferenciada para homens e mulheres. A estas características soma-se a distinção feita ao tipo de ensino destinado às filhas das camadas pobres, que poderia se tornar o único espaço possível de formação destas.

Uma reportagem publicada na Folha da Manhã, do dia 17 de maio de 1939, edição matutina, afirma: “*Junto aos Centros Educativos Operários essa Directoria tem fundado as Salas de Costura, onde funcionam aulas nocturnas de corte, costura e bordados, magnífico aprendizado para as **moças pobres***”⁴³ (grifo nosso). Ao fazer tal afirmativa, o Centro Educativo comprova a idéia de que a educação profissional seria para os menos favorecidos, conforme apregoava a Constituição de 1937.

O Centro Educativo Operário, ao oferecer o curso de aperfeiçoamento profissional, expressava a ênfase que este tipo de ensino ganhava no Estado Novo. Além da proposta de fixar o operário em seu campo de trabalho, difundiu a idéia de que a educação/espaço educativo do Centro era o que havia de melhor para os operários e seus filhos, estabelecendo para estes apenas o oferecimento da educação profissional proporcionada pela instituição.

⁴⁰ *Ibidem*, p.150.

⁴¹ ALMEIDA, M.G.A.A. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 105.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Passa, hoje, o 4º aniversário da Fundação do Primeiro Centro Educativo Operário. *Folha da Manhã*, Recife, matutino, 17 maio 1939, p.16.

Vale salientar que embora a idéia da criação do Centro Educativo Operário tenha antecedido o Estado Novo, foi durante esse regime que a idéia ganhou força e se expandiu nos bairros mais populosos. Para o regime de ditadura então implantado, o Centro Educativo Operário foi um instrumento para sua legitimação, junto aos trabalhadores, no momento em que veio ao encontro de algumas de suas muitas necessidades, no interior de uma sociedade excludente e desigual.

Os Centros, ao contar com todo o apoio institucional do Estado, sendo atrelados à Diretoria de Reeducação e Assistência Social (DRAS), se integravam à política estadonovista em Pernambuco, que num ideário de renovação do estado, seria a instituição mais um aparelho para o desenvolvimento da proposta governista de “vasto amparo ao trabalhador urbano”, no oferecimento de ações educativas e assistenciais visando o doutrinamento dos trabalhadores.

Assim, os Centros atuaram no sentido de disciplinar os espíritos dos trabalhadores, contribuindo para afastar a ameaça comunista, infiltrada em seu meio, “re-educando” os que haviam se organizado em sindicatos e participado de greves nos anos anteriores para que passassem a perceber como não conflituosas as relações entre capital e trabalho.

Para a indústria local, os Centros representavam a garantia de um trabalhador disciplinado e melhor preparado, uma vez que os Centros buscavam minimizar os conflitos, ao mesmo tempo em que se preocupavam em qualificar a mão-de-obra. A preparação para o trabalho representou uma ação oportuna e que inspirou outras iniciativas no mesmo sentido, tentando fazer face à demanda, no momento em que o processo de industrialização e urbanização experimentava uma forte expansão.

Contudo, os Centros Educativos Operários, que foram criados visando ser uma barreira à intensa propaganda comunista do período, além de contribuir para diminuir a luta de classes, cercou-se de ações assistenciais, educativas e de propagação do pensamento estadonovista, que lhes permitiram formar um trabalhador, bem como sua família, imbuído por reações nacionalistas (no sentido de respeito e honra ao país) e em consonância com um projeto de progresso da economia brasileira.

Referências:

ALMEIDA, M.G.A.A. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BARROS, S. *A década de 20 em Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

CUNHA, C. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

PEREIRA, Nilo. *Agamenon Magalhães: Uma evocação pessoal*. Recife: Taperoá, 1979.

PONTES, M. de. *Centros Educativos Operários*. Recife, 1940.

SOUZA NETO, J. M. G de. *Sonhos de Nabucodonosor: Aspectos da propaganda do Estado Novo*. Recife, 2005. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

RIBEIRO, M.L.S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

FONTES

Jornal

FOLHA DA MANHÃ (edição matutina e vespertina), Recife. Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1937-1945.

Legislação

BRASIL. Constituição (1937). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 01 de ago. 2004.

RECIFE. Atos e Decretos da Prefeitura Municipal do Recife. De dezembro de 1937 a dezembro de 1938. Imprensa Oficial. Recife, 1939.

Relatório

BRASIL. Prefeitura do Recife. FILHO, A. de N. *Relatório apresentado ao interventor Agamenon Magalhães*. Recife: Imprensa Oficial, 1946.